

Ata N.º	11/2016
Livro N.º	Folha N.º
38	

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
ATA N.º 11/2016 DE 17 DE JUNHO

Aos **dezassete** dias do mês de **junho** do ano de **dois mil e dezasseis**, nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a décima primeira reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária, não pública, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal, estando presente toda a Vereação, Sr.^a Dr.^a Delfina Maria da Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Sr. Eng.º João Reis Paulo, Vereador em regime de meio tempo, Sr. Dr. Cristóvão Malhada Ferreira, Vereador em regime de não permanência e a Sr.^a Dr.^a Liliana Ferreira Soares, em substituição do Sr. Carlos Dias Mota, vereador em regime de não permanência, a pedido deste, por não poder estar presente, ao abrigo do art.º 78.º conjugado com o n.º 1 do art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e 75/2013, de 13 de Setembro, conforme comunicação escrita, datada de 31 de maio, registada em quinze de junho de 2016, de que o Executivo tomou conhecimento. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica Regina Almeida Ramos. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e quarenta minutos, e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.

----- **Período “Antes da Ordem do Dia”** -----

----- Antes de se iniciar a ordem do dia foram abordados os seguintes assuntos: -----

----- **a) Voto de pesar pelo falecimento do funcionário Renato Filipe Martinho Andrade.** -----

----- O Executivo manifestou unanimemente o seu sentido pesar pelo trágico falecimento, no passado dia 9 de junho, do Sr. Renato Filipe Martinho Andrade, trabalhador desta Câmara Municipal há cerca de nove anos, licenciado em engenharia informática, de 32 anos de idade, atualmente com vínculo de emprego público titulado por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com a categoria profissional de especialista de informática, tendo endereçado os sentidos pêsames à sua esposa e demais família, e amigos. -----

----- O Sr. Presidente realçou o trabalho competente e empenhado desenvolvido pelo falecido funcionário, e a forma educada e prestável como se relacionava com os colegas e chefias, e todos aqueles que com ele lidavam no dia-a-dia e no âmbito das funções que desempenhava. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se então à análise da **Ordem do Dia** oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **a) Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 03 de junho de 2016**, aprovada e assinada em minuta na própria reunião. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o texto definitivo da ata da reunião de três de junho de dois mil e dezasseis. -----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) Conhecimento da 8.ª Alteração às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento para o ano financeiro de 2016**, aprovada por Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 03 de junho de 2016, no uso de competência delegada. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento. -----

----- **b) 4.ª Revisão às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) e ao Orçamento para o ano financeiro de 2016.** -----

----- O Sr. Presidente retirou da ordem do dia este assunto dado verificar-se já não ser necessária a efetivação da revisão. -----

----- **c) Concurso de atribuição de Fogos de Habitação Social em Regime de Arrendamento Apoiado** – Informação N.º 59-USC-16, de 31-05-2016, da Unidade Social e Cultural – Homologação da lista de candidatos efetivos. -----

----- O Sr. Vereador Cristóvão Ferreira antes de se iniciar a análise dos elementos apresentados solicitou ao Sr. Presidente da Câmara, tendo este anuído, uma listagem circunstanciada com os arrendatários de habitações sociais e valores das rendas eventualmente em atraso. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, o Executivo deliberou por unanimidade homologar a lista dos candidatos efetivos apurados nos primeiros lugares no procedimento em epígrafe, sendo atribuídas as seguintes três habitações: -----

- Um T2 a Otília Rodrigues Costa e respetivo agregado familiar, correspondente à Casa n.º 11, sita no Bairro Mártir S. Sebastião; -----

- Um T2 a Sandra Isabel dos Santos Soares e respetivo agregado familiar, correspondente à Casa n.º 13, sita no Bairro Mártir S. Sebastião; -----

Ata N.º	11/2016
Livro N.º	Folha N.º
38	

- Um T4 a Júlia Maria Mimosa Lourenço Rodrigues e respetivo agregado familiar, correspondente à Casa n.º 2, sita à Rua do Outeiro do Facho, n.º 2. -----

----- Mais foi deliberado ratificar a decisão do Sr. Presidente da Câmara de retirada do concurso de um T1, correspondente à Casa n.º 4 sita na Travessa Dr. Adelino Amaro da Costa N.º 4, dada a necessidade urgente de acorrer a uma situação social que carecia de imediata intervenção envolvendo um munícipe do Concelho. -----

----- Mais foi ainda deliberado que os serviços da USC procedam à determinação das respetivas rendas nos termos da lei para celebração dos respetivos contratos de arrendamento conforme minuta oportunamente aprovada pela Câmara Municipal. -----

----- **d) Centro Social Paroquial de Alhais** – Por ofício registado em 30 de maio de 2016, solicitam apoio financeiro para a conclusão das obras do Lar e Centro de Dia do Centro Paroquial. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, e realçada a qualidade das instalações do lar e centro de dia, deliberado por unanimidade autorizar a concessão de um subsídio no montante de dezassete mil e quinhentos euros, para apoio à aquisição de mobiliário e equipamento para as referidas instalações, a processar em finais do mês de julho. -----

----- **e) Proposta de definição e delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Centro de Vila Nova de Paiva.**-----

----- Foi presente á reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 15 de julho de 2016, do seguinte teor integral:-----

“Considerando que:

1. O regime jurídico da reabilitação urbana (doravante RJRU) atualmente em vigor é o aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado e republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

2. A reabilitação urbana deve contribuir, de forma articulada, para a prossecução dos objetivos previstos no artigo 3.º do RJRU, nomeadamente assegurar a reabilitação dos edifícios que se encontram degradados ou funcionalmente inadequados, reabilitar tecidos urbanos degradados ou em degradação, melhorar as condições de habitabilidade e de funcionalidade do parque imobiliário urbano e dos espaços não edificadas, modernizar as infraestruturas urbanas e requalificar os espaços verdes, os espaços urbanos e os equipamentos de utilização coletiva.

3. Incumbe ao Estado, às Regiões Autónomas e às autarquias locais assegurar, no quadro do RJRU e dos demais regimes jurídicos aplicáveis, a promoção das

medidas necessárias à reabilitação de áreas urbanas que dela careçam (artigo 5.º), incumbindo aos proprietários de edifícios ou frações o dever de assegurar a sua reabilitação, nomeadamente realizando todas as obras necessárias à manutenção ou reposição da sua segurança, salubridade e arranjo estético, nos termos do RJRU, não podendo os proprietários e os titulares de outros direitos, ónus e encargos sobre edifício ou frações, dolosa ou negligentemente, provocar ou agravar uma situação de falta de segurança ou de salubridade, provocar a sua deterioração ou prejudicar o seu arranjo estético (artigo 6.º).

4. Uma área de reabilitação urbana (doravante ARU), é uma área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada, através de uma operação de reabilitação urbana (doravante ORU) aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana (alínea b) do artigo 2.º).

5. Por sua vez, uma operação de reabilitação urbana (ORU), é o conjunto articulado de intervenções, que, de uma forma integrada, visam a reabilitação urbana de uma determinada área delimitada (alínea h do artigo 2.º), sendo que a cada ARU corresponde uma ORU (n.º 4 do artigo 7.º). Se a ORU se dirige principalmente à reabilitação do património edificado, é enquadrada por uma Estratégia de Reabilitação e adota a designação de ORU Simples; quando a ORU envolve, não só a reabilitação do edificado, mas também a qualificação das infraestruturas, dos equipamentos, dos espaços verdes e urbanos de utilização coletiva, tem associado um programa de investimento público, e é enquadrada por um Programa Estratégico de Reabilitação, adotando a designação de ORU Sistemática (artigo 8.º).

6. Compete aos municípios promover a reabilitação urbana em áreas de reabilitação urbana, resultando nomeadamente da aprovação (n.º 1 do artigo 7.º):

i) Da delimitação das ARU; e

ii) Da ORU a desenvolver nas áreas delimitadas das ARU, através de instrumento próprio ou de um plano de pormenor de reabilitação urbana.

7. A delimitação das ARU, bem como a sua alteração, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, devendo a proposta de delimitação de uma ARU ser devidamente fundamentada e conter os seguintes elementos (n.ºs 1, 2 e 6 do artigo 13.º):

Ata N.º	11/2016
Livro N.º	Folha N.º
38	

i) A memória descritiva e justificativa, que inclui os critérios subjacentes à delimitação da ARU e os objetivos estratégicos a prosseguir;

ii) A planta com a delimitação da área abrangida;

iii) O quadro dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais, nos termos da alínea a) do artigo 14.º do RJRU.

8. O ato de aprovação da delimitação da área de reabilitação urbana integra os elementos referidos no número anterior e é publicado através de aviso na 2.ª série do Diário da República e divulgado na página eletrónica do município, remetendo-se em simultâneo, por meios eletrónicos, ao IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. (n.ºs 4 e 5 do artigo 13.º).

9. A delimitação da ARU pode ser aprovada em simultâneo ou antes da aprovação da respetiva ORU (n.ºs 2 e 3 do artigo 7.º). A aprovação da delimitação da área de reabilitação urbana caducará, se, no prazo de 3 anos, não for aprovada a correspondente ORU (artigo 15.º).

10. A delimitação de uma ARU tem como consequência a obrigatoriedade do município definir os benefícios associados aos impostos municipais sobre o património, nos termos da legislação aplicável (designadamente o IMI e o IMT), e, por outro lado, confere aos proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos sobre os edifícios ou frações compreendidos na ARU, o direito de acesso aos apoios e incentivos fiscais e financeiros à reabilitação urbana, nos termos estabelecidos na legislação aplicável, sem prejuízo de outros benefícios e incentivos relativos ao património cultural (artigo 14.º).

11. Tendo presente nomeadamente os objetivos e princípios subjacentes à reabilitação urbana, foi solicitado à firma Adquadratum, Arquitetos, Lda, de Vila Nova de Famalicão, a identificação e delimitação de uma área que caracterizasse o conceito de “centro histórico” da vila de Vila Nova de Paiva, sede do Município, tendo sido possível identificar e delimitar uma área de reabilitação urbana (ARU) como espaço físico de afirmação da história e cultura, que deverá ser protegido, conservado e restaurado visando a sua adaptação à vida contemporânea, em regra coincidindo com a área habitacional mais antiga e tradicional, conforme pressupostos e critérios apresentados na Memória Descritiva e Justificativa anexa, com uma área a submeter a reabilitação urbana com aproximadamente 328.000 m², conforme Planta de Delimitação também anexa, e com o Quadro de Benefícios Fiscais igualmente anexo à presente proposta.

12. São objetivos estratégicos da ARU do Centro de Vila Nova de Paiva:

(i) *Promover a atratividade da sede do Município, a qualidade de vida e a coesão social;*

(ii) *Valorizar o património natural, cultural e edificado;*

(iii) *Reabilitar o edificado, conjugando os benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património (IMI e IMT), com outros eventuais incentivos a estabelecer em regulamento municipal;*

(iv) *Tornar o centro da vila num Centro Urbano inclusivo, em termos de mobilidade sustentável e acessibilidade.*

Face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere o seguinte:

1.º) Considerar ser necessário promover a reabilitação urbana do centro da vila de Vila Nova de Paiva, através da definição e aprovação da área a submeter a reabilitação urbana, através de uma proposta de delimitação de uma ARU, sendo oportunamente apresentado para aprovação, nos termos do n.º 1 do artigo 17.º do RJRU, do respetivo projeto da operação de reabilitação urbana (ORU), através de instrumento próprio, com prévia submissão ao IHRU, I.P. para emissão de parecer não vinculativo, e submissão a consulta pública.

2.º) Aprovar a Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Centro de Vila Nova de Paiva, conforme projeto elaborado pela firma Adquadratum, Arquitetos, Lda, nos termos constantes da Memória Descritiva e Justificativa, Planta de Delimitação e Quadro de Benefícios Fiscais anexos à presente proposta, dela fazendo parte integrante.

3.º) Submeter o projeto de delimitação da ARU do Centro de Vila Nova de Paiva, à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do n.º 1 do artigo 13.º do RJRU.”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta de delimitação da ARU, a submeter à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- **f) Adenda ao Contrato de Parceria celebrado em 16 de fevereiro de 2015 com a Associação Rede de Judiarias de Portugal – Rotas Sefarad, tendo em vista a Recuperação da Sinagoga de Vila Cova à Coelheira, envolvendo a criação de um centro de memória judaica** – Aprovação da minuta da adenda -----

----- Na referida adenda é alterado o custo total da intervenção objeto do contrato de parceria que passa de € 47.058,82 para € 46.000,00, passando o financiamento máximo a atribuir pelo projeto pré-definido de € 40.000,00 para € 39.100,00. -----

Ata N.º 11/2016	
Livro N.º	Folha N.º
38	

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, eram doze horas e dez minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente minuta da ata que, depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pelo Sr. Presidente da Câmara e por mim que a secretariei. -----

[illegible]